



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 27/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE nº 1620/2011 (16 vols.).**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Manaquiri.
- 4- Exercício:** 2010.
- 5- Responsáveis:** Sr. Jair Aguiar Souto, ex-Prefeito Municipal de Manaquiri.
- 6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação Conclusiva nº 893/2013 (fls. 3150/3154).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4946/2012-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 3089/3101).
- 8- Relator:** Conselheiro Raimundo José Michiles.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2010.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITA PARECER PRÉVIO, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CR/1988, c.c artigo 127 da CE/1989, com redação da EC nº 15/1995, art. 18, I, da LC nº 6/1991, arts. 1º, I, e 29 da Lei nº 2423/1996, artigo 5º, inciso I, da Resolução n. 4/2002, e artigo 3º, III da Resolução n. 9/1997, recomendando ao Poder Legislativo do Município de Manaquiri, que **APROVE COM RESSALVAS, a Prestação de Contas, referente ao exercício de 2010, do Prefeito do Município de Manaquiri Senhor JAIR AGUIAR SOUTO**, na função de Agente Político, à época.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 27/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 28 de maio de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES

Conselheiro- Relator

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE

Conselheiro

JULIO CABRAL

Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 27/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 27/2014)

- 1- Processo TCE nº 1620/2011 (16 vols.).**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Manaquiri.
- 4- Exercício:** 2010.
- 5- Responsáveis:** Sr. Jair Aguiar Souto, ex-Prefeito Municipal de Manaquiri.
- 6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação Conclusiva nº 893/2013 (fls. 3150/3154).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4946/2012-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 3089/3101).
- 8- Relator:** Conselheiro Raimundo José Michiles.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2010.

Contas regulares com ressalvas. Determinação à SEPLENO. Multa ao responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em divergência**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1- à unanimidade, nos termos do voto do Excelentíssimo Sr. Conselheiro-Relator, no sentido de:

9.1.1- Julgar REGULAR COM RESSALVAS, nos termos do art. 18, II da LC n. 6/1991 e arts. 1º, II, 22, II, da Lei n. 2423/1996 c/c art. 188, §1º, II, da Res. n. 4/2002, a Prestação de Contas, referente ao exercício de 2010, de responsabilidade **do Sr. JAIR AGUIAR SOUTO, Prefeito do Município de Manaquiri e Ordenador de Despesas**, à época;

9.1.2- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

a) Encaminhe, à Câmara Municipal de Manaquiri e à atual Administração daquele Município, as cópias autênticas do **Relatório Conclusivo nº 104/2011**, às fls. 1026/1046 e do **Parecer Ministerial nº 5903/2011**, às fls. 1148/1155;

b) Adote as providências previstas no artigo 162, §1º, do Regimento Interno.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 27/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 27/2014)

9.2 - POR MAIORIA, nos termos do Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva **aplicar MULTA**, com fulcro no art.308, II, do Regimento Interno, no valor de R\$ 9.864,27 (nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos) ao responsável, senhor **JAIR AGUIAR SOUTO**, referente ao não encaminhamento dos dados informatizados, via ACP de janeiro, fevereiro, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro.

Vencido o Relator que votou pela não aplicação de multa pelo atraso do ACP, dando quitação ao mesmo, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro. Vencido o Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque que votou pela aplicação de multa no valor de R\$4.384,12 referente a 4 meses de atraso no ACP, que ultrapassaram 30 dias. Acompanharam o Voto-Destaque os Conselheiros Julio Cabral e Ari Jorge Moutinho da Costa Junior.

10- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 28 de maio de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral